

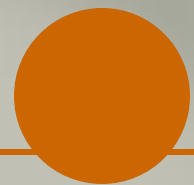
Propriedade intelectual como instrumento de desenvolvimento de inovações nas parcerias universidade-empresa: obstáculos, avanços e desafios

Julia Paranhos

Professora Adjunta

Grupo de Economia da Inovação

Instituto de Economia/UFRJ



O relacionamento ICT-empresa

Relacionamento ICT-empresa do setor farmacêutico

> Entre as empresas do setor farmacêutico (CNAE 21) que implementaram inovações (Pintec, 2014):

- > 46,2% cooperaram com ICTs que se localizam majoritariamente no Brasil (63,2%)
- > 57,9% indicaram alta relevância da ICT como parceira
- > 60,4% indicaram as Universidades como importantes fontes de informação
- > 61,5% indicaram os institutos de pesquisa ou centros tecnológicos como importantes fontes de informação

Relacionamento ICT-empresa do setor farmacêutico

> Segundo o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional Científico e Tecnológico (DP-CNPq, 2016), 206 grupos de pesquisa declararam interagir com empresas do setor farmacêutico (CNAE 21)

> 299 parcerias

> Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas

> SP, RJ, RS, PR, MG, PE....

> 450 interações

Relacionamento ICT-empresa do setor farmacêutico

Participação dos tipos de relacionamento na interação entre empresas e universidades no setor farmacêutico (Brasil, 2016).

Tipo de relacionamento	Total	Participação no total
Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados	145	32,2%
Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados	119	26,4%
Fornecimento, pelo parceiro, de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo	48	10,7%
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro	44	9,8%
Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.	29	6,4%
Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores	22	4,9%
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo parceiro para o grupo	14	3,1%
Treinamento de pessoal do parceiro pelo grupo, incluindo cursos e treinamento "em serviço"	11	2,4%
Treinamento de pessoal do grupo pelo parceiro, incluindo cursos e treinamento "em serviço"	10	2,2%
Demais atividades com menos de 1%	8	1,7%
Total Geral	450	100%

> Fonte: Elaborado pelo GEI/IE/UFRJ na baseado no Diretório de Pesquisa do CNPq (2016).



O relacionamento ICT-Empresa e a Propriedade Intelectual



> Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (Formict) do MCTI (2007-2014)

> Caracterização das ICTs:

> Respondentes = 264 ICTs

> 194 públicas, maioria da esfera federal; 70 privadas

> Localizadas, principalmente, no Sudeste, Sul e Nordeste

> 234 ICTs (89%) com NIT implementado ou em implementação:

» sendo 204 ICTs com NITs próprios;

» 30 ICTs com NITs compartilhados

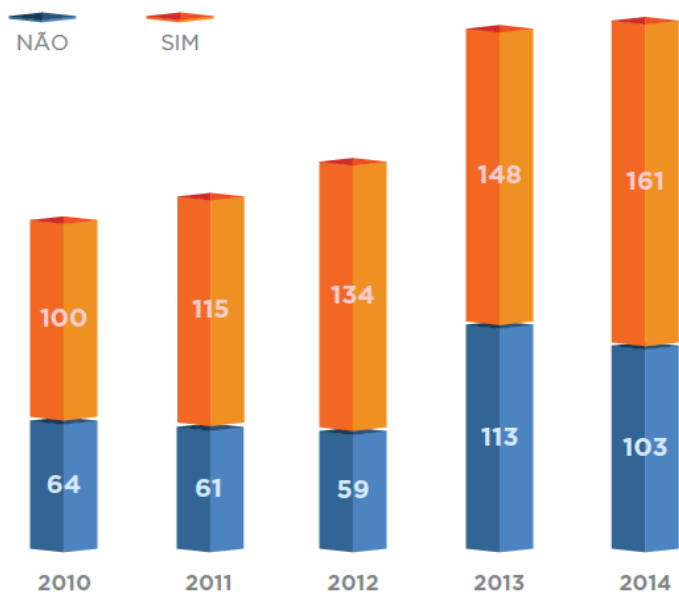
> Grande variedade em termos de estrutura, apoio institucional e atuação.

Proteção e Transferência de Tecnologia

> Desempenho incipiente

- > **61%** das ICTs com pedido de proteção de propriedade intelectual, estável no t
- > **22%** com contratos de TT

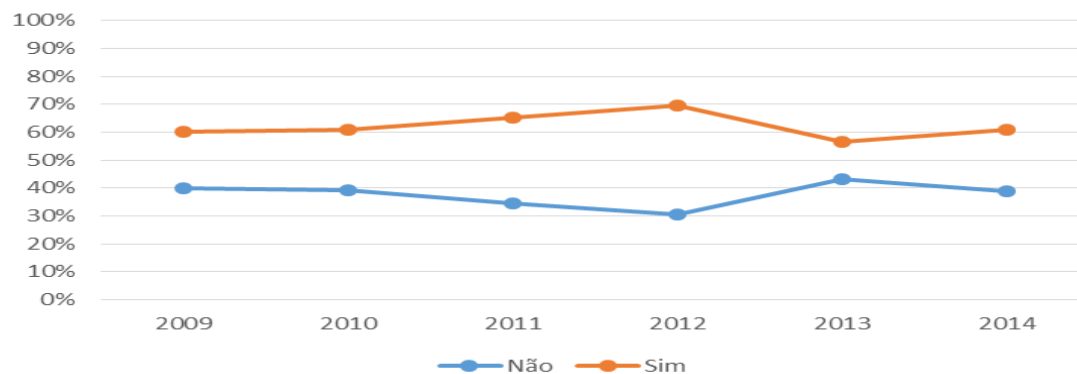
POSSUI PEDIDO DE PROTEÇÃO



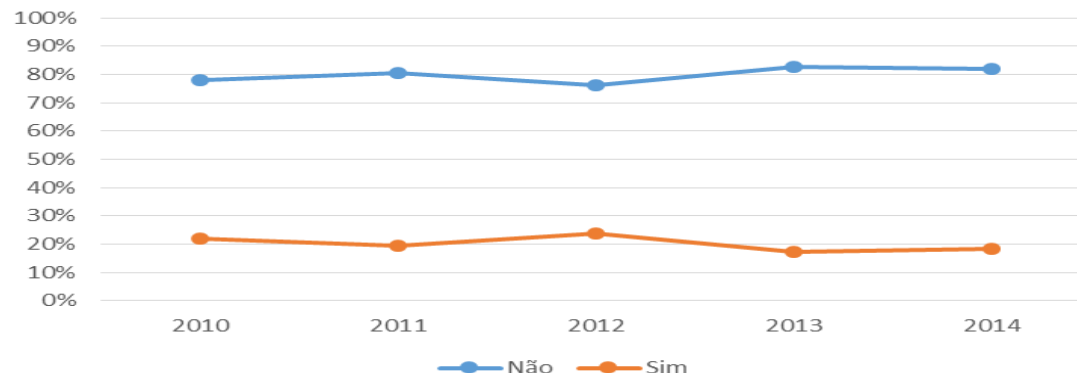
Fonte: Formict/MCTI

(N = 264 ICTs em 2014)

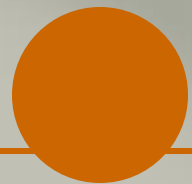
A ICT possui pedido de proteção de PI?



ICT possui contrato de tecnologia?



> Fonte: Elaborado pelo GEI/IE/UFRJ com base em Formict 2009-2015



Obstáculos, avanços e desafios: pesquisa de campo com atores do setor farmacêutico

● Obstáculos (I)

- > Necessidade de motivação pessoal do pesquisador: um pesquisador pode ser fortemente reconhecido no seu meio sem nunca ter interagido com uma empresa.
- > Baixa atratividade das tecnologias desenvolvidas nas ICTs devido à:
 - » Ausência de infraestrutura para desenvolvimento tecnológico e financiamento adequado para as fases de prova de conceito e prototipagem da tecnologia, o que torna o investimento ainda muito arriscado para empresas;
 - » Demora na concessão da patente, que leva à insegurança sobre o resultado.
- > Definição da atividade de parceria e pagamentos:
 - » Visão das empresas: prestação de serviço, sem direito sobre conhecimentos gerados e pagamento de *royalties*.
 - » Visão dos pesquisadores: pesquisa conjunta, com direito sobre conhecimentos gerados e pagamento de *royalties*.

● Obstáculos (II)

- > Negociação dos contratos de licenciamento de tecnologia:
 - » Visão das empresas: ICTs com altas expectativas quanto aos retornos
 - » Visão dos pesquisadores: empresas buscam preços muito baixos.
- > Insegurança jurídica e morosidade no estabelecimento dos contratos com as ICTs:
 - » Reduz o interesse das empresas e leva à informalidade das parcerias (regras e funcionamento das ICTs mudou pouco apesar dos NITs);
 - » Dificuldade de estruturação dos NITs cria obstáculos à sua atuação.
- > Gestão da propriedade intelectual na ICT:
 - » Patentes de baixa qualidade, que divulgam, mas não protegem, e/ou publicação precoce: acabam por impossibilitar potenciais projetos de parceria.
 - » Dificuldade em escrever a patente: frequentemente requerem escritórios especializados (rotatividade nos NITs reduz capacitação interna).

- > Lei da Inovação (10.973/2004) levou a uma institucionalização das parcerias pelas ICTs com a criação e funcionamento dos NITs
- > Os NITs das ICTs que já têm política de inovação têm visto melhoras nas negociações e a elaboração dos contratos.
- > Os relatos indicam que o primeiro contrato tende a ser mais complicado e demorado, mas a partir da segunda vez o processo é mais fácil e ágil.
- > A principal estratégia das empresas tem sido aproximar seu departamento jurídico aos NITs para, a partir de conversas e negociações, chegar-se a um denominador comum.

Desafios

- > Ampliação do perfil inovativo das empresas farmacêuticas e da cultura empreendedora das ICTs;
- > Melhora da estruturação dos NITs: financiamento (fim editais 2017), pessoal fixo x bolsistas, capacitação
- > Maior aproximação dos NITs/ICTs com o setor empresarial: divulgação da pesquisa
- > Infraestrutura de desenvolvimento tecnológico para pesquisas das ICTs chegarem a estágios mais atrativos para as empresas
- > Implementação e harmonização ao Marco de CTI (Lei 13.243/2016): prevê maior segurança jurídica, mas ainda há dúvidas devido a sua não regulamentação e à incerteza sobre decisões do TCU.

VIII SIPIID - Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento



Grupo Economia da **Inovação**

Instituto de Economia da UFRJ

e-mail: juliaparanhos@ie.ufrj.br

telefone (+55 21) 3938-5274 ou 5275

Produzido por

 **SERVIÇOS EDITORIAIS LTDA**
e-papers
<http://www.e-papers.com.br>